

Heitor Schuch lança Frente Parlamentar Mista da Erva-Mate



Coordenador da Frente, o gaúcho Heitor Schuch destacou que esta funcionará como fórum de discussões sobre as principais dificuldades enfrentadas pelo setor
Rhafael Padilha

A Câmara dos Deputados e o socialista Heitor Schuch (PSB-RS) lançaram, na última quarta-feira (5), a Frente Parlamentar Nacional da Erva-Mate. O novo colegiado, que conta com 215 deputados e 15 senadores, será coordenado pelo parlamentar gaúcho. A líder do PSB, deputada Tereza Cristina (MS), será a 2ª vice-presidente do grupo. Durante a cerimônia de lançamento aconteceu uma mostra do setor, com exposição de painéis e produtos derivados da erva-mate.

Para Schuch, a frente funcionará como fórum de discussões sobre os principais gargalos enfrentados hoje pela cadeia produtiva e as políticas necessárias para o incentivo e desenvolvimento do setor. “Em primeiro lugar, para se fazer um pão precisamos de fermento, se-

não, ele não cresce. A Frente Parlamentar da Erva-Mate vai fazer essa função.”

Ainda nas palavras de presidente da Frente, todos os envolvidos poderão se beneficiar com os trabalhos alavancados nesta Casa. “Temos viveiristas, produtores, pesquisadores, industriais e diversos outros profissionais que formam essa grande cadeia de elos. Com a Frente, vamos fazer o papel desse fermento, para que o setor possa crescer, gerar emprego, renda e conquistar novos mercados. Funcionaremos como uma verdadeira mola propulsora”, destaca. Também participaram da cerimônia os deputados José Stédile (PSB-RS), Átila Lira (PSB-PI), Leopoldo Meyer (PSB-PR) e Júlio Delgado (PSB-MG).

Entre as principais demandas setoriais estão a criação de um preço

mínimo para a erva-mate; inserção dos derivados nas compras institucionais; alteração na legislação para permitir o manejo da planta em Áreas de Preservação Permanente (APP); enfrentamento às barreiras impostas pelo Mercosul; maior apoio à pesquisa de produção e desenvolvimento de novos produtos e construção de um padrão nacional de erva-mate com a criação do selo de garantia.

Debate — Na quinta-feira (6), a pedido de Schuch, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promoveu audiência pública para discutir o cultivo, usos e benefícios da erva-mate. “Nesse sentido é que também vamos focar nosso trabalho na formulação de leis, projetos, emendas, demandas e audiências. A santa erva-mate milagrosa merece toda nossa atenção”, destacou Heitor Schuch.

Audiência Pública

Comissão debate limite orçamentário dos institutos federais da Amazônia

2

Desenvolvimento Econômico

PL de Bebeto aprovado em comissão beneficária produtores de cacau

3

Defesa do Consumidor

Júlio solicita debate sobre cobertura do tratamento de Lúpus por planos de saúde

4

Audiência Pública

Janete Cabiperibe propõe debate sobre situação dos institutos federais



A deputada federal demonstrou preocupação com o limite de gastos impostos pelo Governo

Mariana Fernandes

A deputada federal Janete Cabiperibe (PSB-AP) solicitou à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (CINDRA), no final do mês de junho, a realização de audiência pública para discutir os limites orçamentários aos institutos federais, localizados na Região Amazônica.

Segundo a socialista, a portaria nº 28, de 16 de fevereiro de 2017, expedida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que estabeleceu limites de gastos no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do Poder Executivo, se tornou um obstáculo à execução dos Planos de Capacitação dos institutos federais (IFs).

“Os contingenciamentos orçamentários têm atingidos os

institutos federais, inclusive no custeio de despesas de manutenção, representando uma perda de 20% no orçamento de cada instituição na comparação com o ano que passou”, justifica Janete ao lembrar que os institutos de Educação, Ciência e Tecnologia são instrumentos de transformação social. “Prioritariamente na Região Amazônica, detentora de baixos índices de desenvolvimento humano, quando os IFs se tornam um dos poucos provedores de pesquisas em ciências e tecnologia de qualidade.”

A parlamentar acredita ser necessária a presença das autoridades dos ministérios da Educação e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, assim como dos reitores dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima para se discutir soluções.

Curtas



O deputado **Valdares Filho (PSB-SE)** participou, na última semana, do 24º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, realizado na cidade de Covilhã, em Portugal. Na condição de presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, o socialista foi convidado pela Universidade da Beira Interior, de Portugal, para participar do Congresso. Valdares Filho avalia que os assuntos discutidos no evento são relevantes para o desenvolvimento regional e podem ser transpostos, por analogia, para a situação brasileira. “Estamos discutindo temas que são importantes para o desenvolvimento regional no mundo inteiro, inclusive para o Brasil”, destaca.



Assim como a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) sofrerá interrupção em diversos serviços por causa do contingenciamento orçamentário do Governo Federal. Desde a última quinta-feira (6), houve suspensão de escoltas, atividades aéreas, redução de viaturas em patrulhamento e fechamento de postos. Preocupado, o deputado **Gonzaga Patriota (PSB-PE)** sugeriu, em discurso, que o Governo envie Medida Provisória à Casa, para alocar mais recursos para a polícia. Para Gonzaga, que é representante da Frente Parlamentar em Defesa da PRF, a situação não pode ficar assim. “Um país com mais de 60 mil quilômetros de rodovias não pode deixar sua polícia como está. Precisamos de gente e verba para proteger nossas estradas e fronteiras.”

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

Desenvolvimento Econômico

Aprovado percentual mínimo de cacau em chocolates e derivados

Andrea Leal

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou, na última semana, o Projeto de Lei nº 919/2015, do deputado federal Bebeto Galvão (PSB-BA), que estabelece percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e internacionais. A proposta também obriga a informação sobre o total de cacau e outros ingredientes nos rótulos desses produtos.

O Brasil está entre os quatro maiores produtores e consumidores de chocolate do mundo. A informação é da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (Abicap). No entanto, cada vez mais os chocolates brasileiros contêm grande quantidade de açúcar

e menor quantidade de cacau do que a exigida pela Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), de 25%.

De acordo com o substitutivo aprovado, a exigência do percentual de cacau do chocolate passa a ser de 27% e do chocolate amargo de 35%. O chocolate branco terá que ter em sua composição 20% de cacau. Bebeto explica que, apesar do Brasil estar presente no mercado internacional de chocolates, ainda enfrenta o desafio de garantir a seus consumidores produtos com qualidade semelhante àquela observada em mercados internacionais.

“A informação exata do percentual de cacau na embalagem é essencial para que o consumidor saiba diferenciar os chocolates dos produtos que têm o sabor, mas são hi-

Foto: Google Imagens



drogenados e fazem mal à saúde”, argumentou o socialista. Para ele, outro aspecto relevante da proposta é o estímulo à cacauicultura brasileira que tem plena capacidade de atender crescente demanda e que terá o preço da arroba do cacau *in natura* valorizada.

Tramitação — A proposta segue agora para as comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Inclusão

Projeto inclui QR Code em embalagens de produtos alimentícios

Moreno Nobre

O deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP) apresentou o Projeto de Lei nº 7.952/2017, que determina a inclusão de códigos QR nas embalagens de produtos alimentícios, em substituição ou complementação ao código de barra. A proposta, que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC), define que esses códigos devem conter informações nutricionais, data de validade, lote e dados a respeito do fornecedor e número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Segundo Luiz Lauro, o PL apresentado tem o objetivo de fortalecer os direitos do consumidor com deficiência visual em relação a produtos alimentícios, mais sensíveis a variações de qualidade, que podem afetar diretamente a saúde. “É nossa visão que a medida proposta está em consonância com as atualizações tecnológicas ne-



Socialista ressalta caráter inclusivo da proposta

cessárias à defesa do consumidor com deficiência visual no século XXI”, disse.

Dados apontam que, atualmente, são aproximadamente seis milhões de deficientes visuais, 500 mil deles, cegos. Para o socialista, essa parcela expressiva da população também é consumidora e necessita de informações mínimas dos produtos que estão à venda.

Nesse contexto, se insere o código QR, ou *QR Code*, uma espécie de código de barras bidimensional, que pode ser escaneado por aparelhos celulares, por meio de aplicativo, para o acesso de grande quantidade de informações sobre um determinado serviço ou produto.

De acordo com o deputado, a vantagem do QR é que ele possibilita o acesso a uma quantidade muito maior de informação. “Os códigos de barra são capazes de armazenar até 20 dígitos de informações, enquanto os QR Codes podem conter até sete mil caracteres”, comparou.

Luiz Lauro lembra que já existem vários aplicativos no mercado voltado aos usuários de smartphones, com alguma deficiência visual. Essas ferramentas dispõem de comandos de voz que realizam leituras de textos, de códigos de barra e de *QR Codes*.

Defesa do Consumidor

Aprovado debate sobre cobertura de doença rara por planos de saúde

Rhafael Padilha

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou, na quarta-feira (5), realização de audiência pública, a pedido do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), para debater assuntos relativos à saúde do consumidor. O requerimento sugere a discussão sobre inclusão do tratamento do Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) no rol de procedimentos cobertos pelos planos de saúde.

O LES foi classificado recentemente como doença rara no Brasil, conforme a definição de Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras e de acordo com o documento de Priorização de Protocolos e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec). “Estima-se que o Lúpus Eritematoso Sistêmico atinge em torno de 40 mil pessoas no Brasil, sendo 90% delas mulheres”, destaca o deputado.

Apesar de não ter cura, a doença pode ser bem controlada com o uso de medicamentos, como corticóides, antimaláricos e os imunossuppressores. Porém, parte dos pacientes não respondem a esta terapia, sendo necessário o uso de medicamentos imunobiológicos. Desde agosto de 2013, está aprovado pela Anvisa o imunobiológico Belimumabe, o único medicamento desta classe para Lúpus Eritematoso Sistêmico. “Mas até o momento o tratamento não foi incluído no rol de procedimentos cobertos pelos planos de saúde”, justifica Júlio.

O socialista lembra ainda que, nos últimos anos, a Agência Nacional de Saúde (ANS) tem incorporado ao rol de procedimentos cobertos pelos planos de saúde somente medicamentos disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), o que é um contrassenso, segundo ele. “Além de aumentar os custos do já sobrecarregado sistema público de saúde brasileiro, tal determinação vai de encontro direto aos interesses do consumidor, que

Foto: Jannoon028/Freepik



busca justamente ter acesso à melhores tratamentos e exames de diagnóstico, especialmente aqueles que não são encontrados na rede pública.”

A disponibilidade de tratamento ambulatorial para tratamento do LES, com o medicamento aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), não só reduz os custos do SUS, mas principalmente garante uma sobrevivência e qualidade de vida aos pacientes. “Lembramos ainda que a ANS tem permitido a redução de tratamentos ofertados pelos planos de saúde, numa clara violação dos interesses dos consumidores brasileiros”, lamenta o parlamentar.

CCJC

Proposta proíbe publicidade em escolas de educação básica

Tatyana Vendramini

Proposta do deputado federal Luciano Ducci (PSB-PR) que veda o apelo ao consumo em estabelecimentos públicos ou privado de educação básica (PL nº 2.640/15) está em análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. Ducci espera que a iniciativa proteja o ambiente escolar, cuja missão é viabilizar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.

De acordo com o projeto, fica proibida a veiculação nesses locais de qualquer tipo de comunicação comercial para a divulgação de



Para Ducci, proposta visa proteger os estudantes

produtos, serviços, marcas ou empresas, independentemente do suporte, da mídia ou do meio utilizado. O parlamentar destaca ainda a vulnerabilidade das crianças em relação às campanhas publicitárias. “É inegável que as crianças são alvo preferencial dessas cam-

panhas, não apenas pela fácil influência, mas sobretudo pelo fato de elas participarem da decisão de 80% das compras do lar.”

A proposta vai ao encontro de decisão do Conselho Nacional de Autorregulamentação (Conar) que, em 2013, proibiu o merchandising em programas infantis. Segundo o órgão, a propaganda também não pode difundir o medo nas crianças, expô-la a situações perigosas ou simular constrangimento por não poder consumir o produto ou serviço anunciado.

O projeto de lei, que tramita em caráter conclusivo, já foi aprovado pelas comissões de Defesa do Consumidor e de Educação.